



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica
Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

PARECER TÉCNICO/SES/SJ/NATJUS Nº 3512/2025

Rio de Janeiro, 05 de setembro de 2025.

Processo nº 3009960-47.2025.8.19.0001,
ajuizado por **S. H. A.**

A partir da análise dos documentos médicos mais recentes acostados aos autos, verifica-se que se trata de Autora, com **polirradiculoneurite desmielinizante inflamatória crônica** (CIDP) desde 2020, apresentando quadro de fraqueza muscular em membros superiores e inferiores. Traz indicação médica para tratamento com o medicamento **imunoglobulina humana** (HyQvia®), na posologia de 25g a cada 15 dias, por três meses. Foi mencionado o seguinte código da Classificação Internacional de Doenças (CID-10): **G61.9 – polineuropatia inflamatória não especificada** (Evento 1_LAUDO11_Página 1 e Evento 1_LAUDO12_Página 1).

Inicialmente, informa-se que o tratamento da **polirradiculoneurite desmielinizante inflamatória crônica** (PDIC), visa reduzir ou atenuar a evolução da sintomatologia. Os três principais tipos de tratamentos farmacológicos são a administração intravenosa de **imunoglobulinas**, corticosteroides e transferência plasmática¹. Assim, o medicamento pleiteado **imunoglobulina humana apresenta indicação** ao quadro clínico da Autora.

Embora o medicamento seja padronizado pela Secretaria de Estado do Rio de Janeiro (SES/RJ), através do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), o seu fornecimento **não está autorizado** para o quadro clínico declarado para a Autora – **CIDP, inviabilizando seu recebimento por via administrativa**.

- A **imunoglobulina humana** perfaz o **grupo de financiamento 1A** do referido componente: *medicamento com aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde e fornecidos às Secretarias de Saúde dos Estado*.

Até o momento o medicamento **imunoglobulina humana não foi avaliado** pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC para o tratamento da **polirradiculoneurite desmielinizante inflamatória crônica**².

No que se refere à existência de substitutos terapêuticos ofertados pelo SUS, elucida-se que **não há** Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) publicados pelo Ministério da Saúde para tratamento da **polirradiculoneurite desmielinizante inflamatória crônica** (PDIC). Consequentemente, **não há** medicamentos **preconizados** e **ofertados** pelo SUS para o tratamento da referida doença.

O medicamento pleiteado possui **registro ativo** na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

¹ Meireles ALF. Polineuropatia desmielinizante inflamatória crônica – uma revisão narrativa. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/download/148341/169928/476254>>. Acesso em: 05 set. 2025.

² BRASIL. Ministério da Saúde. Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS – CONITEC. Disponível em: <<https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/avaliacao-de-tecnologias-em-saude/tecnologias-demandadas>>. Acesso em: 05 set. 2025.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Subsecretaria Jurídica

Núcleo de Assessoria Técnica em Ações de Saúde

No que concerne ao valor do medicamento pleiteado, no Brasil para um medicamento ser comercializado no país é preciso obter o registro sanitário na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a autorização de preço máximo pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED)³.

Assim, considerando a regulamentação vigente, em consulta a Tabela de Preços CMED, a **imunoglobulina humana** (HyQvia®), frasco ampola com 50mL, possui preço de venda ao governo correspondente a R\$ 2.280,01, alíquota ICMS 0%⁴.

- Cada frasco de 50mL contém 5g de imunoglobulina, assim, a Autora necessitará de 5 frascos a cada administração (resultando no valor de R\$ 11.400,05 por aplicação).
- Como o tratamento prescrito pelo médico assistente corresponde a 1 aplicação de **imunoglobulina humana** a cada 15 dias, valor mensal corresponde a R\$ 22.800,1 e o valor total do tratamento corresponde a R\$ 68.400,3.

Por fim, informa-se que, em consulta ao banco de dados deste Núcleo, foi identificada a existência do Processo nº **0026070-51.2020.8.19.0001**, em trâmite no **1º Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro**, ajuizado pela mesma Autora, tratando do mesmo pleito. Para o referido processo, foi emitido o Parecer Técnico nº 0281/2020 – SES/SJ/NATJUS, datado de 06 de fevereiro de 2020.

É o parecer.

À 2ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para conhecer e tomar as providências que entender cabíveis.

Elaborado pela equipe técnica do NATJUS-RJ.

FLÁVIO AFONSO BADARÓ

Assessor-chefe
CRF-RJ 10.277
ID. 436.475-02

³ BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED). Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/precos>>. Acesso em: 05 set. 2025.

⁴ BRASIL Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). Medicamentos. Consulta de Preço Máximo ao Governo. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYjZkZjEyM2YtNzNjYS00ZmQyLTliYTEtNDE2MDc4ZmE1NDEyIiwidCI6ImI2N2FmMjNmLWMzZjMtNGQzNS04MGM3LWI3MDg1ZjVIZGQ4MSJ9&pageName=ReportSection20c576fb69cd2edaea29>>. Acesso em: 05 set. 2025.